

**C.S.
LEWIS**
**ÉTICA
PARA VIVER
MELHOR**

**DIFERENTES
ATITUDES PARA AGIR
CORRETAMENTE**



Academia

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

**C.S.
LEWIS
ÉTICA
PARA VIVER
MELHOR**

**DIFERENTES
ATITUDES PARA AGIR
CORRETAMENTE**

Tradução
Claudia Ziller

Academia

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA

Copyright © C. S. Lewis Pte Ltd., 1985
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2017, 2021
Todos os direitos reservados.
Título original: *Compelling reason*

Revisão: Amanda Moura e Hires Héglan
Diagramação: 2 estúdio gráfico
Capa: André Stefanini

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Lewis, C. S.

Ética para viver melhor: diferentes atitudes para agir corretamente / C. S. Lewis;
tradução de Claudia Ziller. – 2. ed. - São Paulo: Planeta do Brasil, 2021.
256 p.

ISBN 978-65-5535-423-2

Título original: *Compelling reason*

1. Desenvolvimento pessoal 2. Ética I. Título II. Ziller, Claudia

21-2298

CDD: 241

Índices para catálogo sistemático:
1. Desenvolvimento pessoal

2021

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Planeta do Brasil Ltda.
Rua Bela Cintra, 986, 4ª andar – Consolação
São Paulo – SP – 01415-002
www.planetadelivros.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA

Sumário

Prefácio	7
1 Por que não sou pacifista (1940)	9
2 O fundamento do pensamento do século xx (1941)	33
3 As pessoas conversam melhor quando ninguém diz “vamos conversar” (1942)	41
4 Igualdade (1943)	47
5 Três tipos de homem (1943)	53
6 “Terríveis coisas vermelhas” (1944)	55
7 Educação democrática (1944)	61
8 Um sonho (1944)	67
9 O fim da erudição (1944)	73
10 Sentir é melhor que explicar (1945)	79
11 Não se vive só de prazer (1945)	85
12 A ética da fé pela razão (1945)	93
13 O declínio da religião (1946)	117
14 Religião sem dogma? (1946)	127
15 Vivisseção (1947)	155

16	A ética dos textos bíblicos (1947)	163
17	Viver na era atômica (1948)	169
18	A teoria humanitária da punição (1949)	179
19	O problema ético da dor: entre a sensibilidade e a consciência (1950)	199
20	O teísmo é importante? (1952)	217
21	Natal: um capítulo perdido de Heródoto (1954)	225
22	Puritanismo e filologia (1955)	229
23	A história é bobagem? (1957)	235
24	Escravos voluntários do Estado assistencialista (1958)	241
	Fontes originais	251

Por que não sou pacifista (1940)

A questão é se servir nas guerras, sob o comando da sociedade civil à qual pertencemos, é um ato errado, moralmente neutro ou uma obrigação moral. Para responder a essa pergunta, levantamos uma questão muito mais abrangente: como decidir o que é bem e o que é mal? Em geral, a resposta é que cada um decide segundo sua consciência. Provavelmente, no entanto, ninguém imagina a consciência como uma habilidade isolada, como um dos sentidos. Não se pode pensar nela assim. Não se pode considerar um sentido humano como uma faculdade autônoma; você não pode convencer um homem a enxergar verde quando ele está vendo azul. A consciência, porém, pode ser alterada por argumentos. Se não concordasse com isso não teria me pedido para vir e debater com você sobre a moralidade da obediência à lei civil quando ela nos manda servir na guerra. Assim, a consciência implica o homem como um todo participando de um debate específico.

Mesmo nesse sentido, contudo, a consciência possui dois significados. Ela pode ser: (a) a pressão que o homem sente sobre sua vontade para fazer o que ele acha que é certo; ou (b) o julgamento quanto ao que é certo e errado. No primeiro caso, a consciência deve ser sempre seguida. É soberana no universo, e “se tivesse poder como tem direito, com certeza governaria o mundo”. Não se deve discutir com ela, mas, sim, obedecer-lhe; e questionar-lhe consiste em erro. A segunda aceção, entretanto, é muito diferente. As pessoas podem se enganar em relação ao certo e ao errado – de certo modo, a maioria erra. E como corrigir esse erro?

A analogia mais útil aqui é a da Razão, que entendendo não como uma habilidade isolada, mas sim, uma vez mais, como o homem julgando, somente julgando, desta vez, o que é verdadeiro e falso e não o que é bem e mal. Todo treinamento concreto do raciocínio inclui três elementos.

Primeiro, a recepção dos fatos sobre os quais se vai raciocinar. Os fatos são recebidos pelos sentidos ou pelo relato de outras mentes, ou seja, a experiência ou a autoridade fornece o material. A experiência de cada indivíduo, no entanto, é tão limitada que a segunda fonte é mais comum. De cada cem fatos sobre os quais raciocinamos, 99 dependem da autoridade.

Segundo, há o ato direto e simples da mente que percebe a verdade autoevidente, como quando vemos que se tanto A quanto B são iguais a C, então, todos são iguais uns aos outros. Nomeio esse como “intuição”.

Terceiro, existe uma arte, ou habilidade, de arranjar os fatos de forma que levem a uma série de intuições que, ligadas, geram uma prova da verdade ou da falsidade da proposição que estamos considerando. Dessa forma, em uma prova geométrica, atinge-se cada etapa pela intuição; e quem não consegue ver isso não é considerado fraco em geometria, mas, sim, um tolo. A habilidade reside em organizar o material disponível em uma série de “etapas” que se pode intuir. Quem não consegue fazer isso não é estúpido, apenas não olha o problema com simplicidade e astúcia. O fracasso em seguir esse plano não significa, necessariamente, estupidez, mas falta de atenção ou de memória, falta essa que impede o estabelecimento de correlação entre as intuições.

Toda correção de erro de raciocínio é, na verdade, correção do primeiro ou do terceiro elemento. Não há como corrigir o segundo, o intuitivo, nem concedê-lo a quem não o tem. Você pode dar ao homem novos fatos. Você pode criar uma prova mais simples, ou seja, uma concatenação simples de verdades intuídas. Mas, quando se trata de incapacidade absoluta de enxergar as etapas autoevidentes sobre as quais se constrói a prova, não há nada que se possa fazer. Sem dúvida, essa incapacidade absoluta é muito mais rara do que supomos. Todo professor sabe que muitos alegam constantemente não “conseguir enxergar” uma inferência autoevidente, mas, em geral, a suposta inabilidade faz com que se recuse a ver, o que pode levar a não *querer* enxergar a verdade em questão ou à preguiça que leva à recusa total a pensar. Quando a incapacidade é

verdadeira, no entanto, a discussão chega ao fim. Não se produz intuição racional em um debate, porque este depende daquela. A prova reside no que não pode ser provado, que precisa ser “visto”. Não há, então, como corrigir a intuição imperfeita. Não se pode dizer que a intuição não pode ser ensinada pela prática de atenção e pelo afastamento de paixões que distraem, ou ser corrompida por hábitos que se opõem a ela. Mas ela não é sensível à correção por argumentos.

Antes de concluir o tema Raciocínio, preciso afirmar que a autoridade não apenas se combina com a experiência para fornecer a matéria-prima, ou seja, os “fatos”, mas também, com frequência, é usada no lugar do raciocínio como método de se chegar a conclusões. Por exemplo, poucos de nós seguiram o raciocínio que fundamenta 10% das verdades em que acreditamos. Nós as aceitamos com base na autoridade dos especialistas e somos sábios por agir assim, porque o pensamento às vezes é enganoso, e segui-lo sempre nos levaria, muitas vezes, a viver como selvagens.

Todos os três elementos são encontrados, também, na consciência. Primeiro, os fatos, como afirmado antes, derivam da experiência e da autoridade. Não me refiro a “fatos morais”, mas, sim, aos relacionados a atos sem pendências, quanto aos quais não há como levantar qualquer questionamento moral – nem ao menos discutiríamos o pacifismo caso não soubéssemos o significado da guerra e dos assassinatos, nem falaríamos de castidade se desconhecêssemos o que os professores chamam de “fatos da vida”. Em segundo

lugar, existe a pura intuição de simplesmente saber o que é bem e mal. Terceiro, há um processo de argumentação em que se organiza as intuições no sentido de convencer um homem de que determinado ato é certo ou errado. Finalmente, há uma autoridade que substitui a argumentação, que diz ao homem que algumas coisas são certas ou erradas, cuja diferença entre os dois não seria descoberta e aceita, a não ser que o homem acredite que está diante de uma autoridade mais sábia e melhor do que ele mesmo. A principal diferença entre Razão e consciência é alarmante. É a seguinte: as intuições indiscutíveis das quais todos dependem são sujeitas à corrupção pela paixão, quando tratamos de falso e verdadeiro, e são muito mais vulneráveis, quase que com toda certeza corrompidas, quando consideramos o bem e o mal. Nesse caso, tratamos de ações do aqui e agora, que realizamos ou deixamos de realizar. E não deveríamos avaliar esse ato, a não ser que desejássemos, ou não, praticá-lo e, por isso, já começamos o processo sob influência externa. Portanto, o valor da autoridade para qualificar, ou até superar, nossa própria atividade é muito maior nessa esfera do que na da Razão. Além disso, os seres humanos precisam ser treinados a obedecer às intuições morais antes de as terem e anos antes de adquirirem o raciocínio necessário para discuti-las, caso contrário se corromperão antes da época adequada à discussão.

Essas intuições morais básicas são o único elemento da consciência que não se pode refutar; se a diferença de opinião não fizer de uma das partes um idiota

moral, então, a questão não implica intuição. As intuições morais básicas são a preferência última da busca por amor em lugar de ódio e da felicidade em vez do sofrimento. Há gente tão corrompida que já as perdeu, assim como há quem não consegue enxergar nem a prova mais simples, todavia, pode-se dizer que esse grupo é a voz da humanidade em geral. E as intuições são indiscutíveis. Mas aí surge o problema. Constantemente, pessoas requerem esse *status* de indiscutível e inquestionável para julgamentos morais que não são, de forma alguma, intuições, mas consequências remotas ou aplicações específicas delas, sob todos os aspectos abertos à discussão, já que as consequências podem ocorrer de forma ilógica e a aplicação pode ser feita de modo falso.

Assim, podemos encontrar um fanático pela “temperança” que afirma ter intuição indiscutível de que toda bebida com álcool é proibida. Na verdade, ele não pode afirmar isso. A verdadeira intuição é que é bom ter saúde e harmonia. Então, se generaliza os fatos e conclui-se que bebedeiras resultam em doença e brigas e também se diz, talvez, se o fanático for cristão, que a voz da autoridade afirma que o corpo é o templo do Espírito Santo. A conclusão, então, é que aquilo de que se pode abusar não deve jamais ser usado – conclusão feita sob medida para a discussão. Por fim, acontece o processo em que associações preliminares, arrogância e fatores semelhantes transformam a conclusão remota em algo que o homem considera indiscutível, porque não quer debater o tema.

Eis, então, o primeiro critério para a decisão moral. A consciência em relação ao sentido do que nos leva a fazer o que é certo (a) tem autoridade absoluta, mas, em relação ao sentido de nosso julgamento quanto ao que é certo, (b) é uma mistura de intuições indiscutíveis e processos altamente discutíveis de raciocínio ou de submissão à autoridade. E nada deve ser tomado como intuição, a não ser que nenhum homem de bem jamais tenha pensado em questionar. Aquele que apenas “sente” que abstinência total de bebida ou de casamento é obrigatória deve ser tratado como o que “sente que está certo” de que Shakespeare não escreveu *Henrique VIII* ou de que as vacinas não fazem bem. A simples convicção indiscutível só existe quando axiomas estão envolvidos – e essas visões não são axiomas.

Portanto, começo anulando uma posição pacifista que, provavelmente, ninguém defende, mas que poderia muito bem ser sustentada – a alegação de saber, com base na intuição imediata, que matar um ser humano, em qualquer circunstância, é um mal absoluto. Posso debater com alguém que chegue ao mesmo resultado por raciocínio ou por autoridade. Quanto aos que alegam que não chegaram a essa opinião, mas partiram dela, só podemos dizer que não têm essa intuição que afirmam. Confundiram opinião – ou, o que é mais provável, paixão – com intuição. Sem dúvida, seria muito rude dizer-lhes isso. Para essas pessoas só podemos dizer que, se não forem idiotas morais, então, infelizmente, o resto da raça humana é, e isso inclui

os melhores e mais sábios, e não há argumentação possível entre grupos tão distantes.

Tendo tratado desse caso extremo, volto a cogitar sobre como decidir questões morais. Vimos que todo julgamento moral envolve fatos, intuição e raciocínio, e, se formos sábios o bastante para sermos humildes, envolverá também certo respeito pela autoridade. A força dessa autoridade depende da força desses quatro fatores. Assim, caso eu verifique que os fatos com que trabalho são claros e pouco discutíveis, que a intuição básica é inequivocadamente uma intuição, que o raciocínio que relaciona essa intuição ao julgamento específico é forte, e que estou em acordo ou (na pior das hipóteses) em desacordo com a autoridade, então, posso ter confiança razoável em meu julgamento moral. Se, além disso, tenho poucos motivos para supor que uma paixão influenciou secretamente meu pensamento, essa confiança se confirma. Se, por outro lado, vejo que os fatos são duvidosos, que a suposta intuição não é, de forma alguma, óbvia a todos os homens de bem, que o raciocínio é fraco e que a autoridade está contra mim, devo, então, concluir que é provável que eu esteja errado. E, se a conclusão a que cheguei acaba por satisfazer uma paixão em mim, aí minha suspeita deve se transformar em certeza moral. Com a expressão “certeza moral” quero indicar aquele grau de certeza próprio das decisões morais, já que em nosso caso não tratamos da certeza matemática. Passo a aplicar esses testes ao seguinte julgamento:

“É imoral obedecer à sociedade civil à qual pertença quando ela me manda servir na guerra”!

Primeiro, os fatos. O principal, aceito por todas as partes, é que a guerra é muito desagradável. A principal afirmação, tomada como fato pelos pacifistas, é que a guerra sempre causa mais mal do que bem. Vejamos se isso é verdade. Essa afirmativa pertence à classe das generalizações históricas que envolvem comparação entre consequências reais de um evento e as possíveis consequências caso ele não tivesse ocorrido. A frase “As guerras não resultam em nenhum bem” envolve a ideia de que, se os gregos tivessem cedido diante de Xerxes e os romanos, de Aníbal, o curso da história talvez fosse melhor, mas com toda certeza não seria pior do que a realidade; que o mundo mediterrâneo em que o poder de Cartago sucedesse ao da Pérsia seria pelo menos tão bom, feliz e frutífero para toda a posteridade quanto foi o verdadeiro, em que Roma sucedeu à Grécia. Não quero dizer que parece extremamente improvável que alguém pense assim, mas sim que as duas opiniões não passam de especulação, não há meio lógico de se convencer ninguém de nenhuma delas. Na verdade, é duvidoso afirmar que todo o conceito de “o que teria acontecido”, ou seja, de possibilidades não realizadas, é mais do que uma técnica de imaginação para apresentar um relato retórico do que realmente aconteceu.

Afirmar que nenhum bem resulta das guerras está tão longe de ser um fato que mal pode ser considerado opinião histórica. A questão também não se resolve com

as “guerras modernas”. Como saber se o resultado total seria melhor ou pior caso a Alemanha tivesse dominado, ou não, a Europa em 1914? Claro que nenhuma guerra resulta nem em metade do bem que seus líderes alegam que trará. Nada traz metade do bem – e talvez nem a metade do mal – que se espera. Esse parece ser um argumento forte para não se fazer propagandas muito radicais. Não é, entretanto, argumento contra a guerra. Se o fato de a Alemanha dominar a Europa em 1914 fosse um mal, então, a guerra que impediu tal feito foi, digamos, justificada. Alegar que não foi justificada porque não acabou com as favelas e com o desemprego é como se um homem que acabasse de escapar de um tigre faminto dissesse: “Não vi vantagem nenhuma, continuo sofrendo de reumatismo!”.

No teste dos fatos, então, considero a posição pacifista muito fraca. Parece-me que a história apresenta tanto guerras úteis quanto inúteis. Se tudo que se apresenta contra a frequente aparência de utilidade não passa de mera especulação quanto ao que poderia ter acontecido, então, não me convence.

Passo, a seguir, à intuição. Não há discussão quanto a ela; o único perigo é confundir intuição com conclusão, que precisa de debate. Procuramos algo que nunca tenha sido negado por um homem de bem, buscamos o que todos sabem. A intuição relevante parece ser que o amor é bom e o ódio, mau, ou que ajudar é bom e prejudicar é mau.

Precisamos avaliar, em seguida, se o raciocínio após essa conclusão conduz, ou não, ao pacifismo. O primeiro

aspecto que noto é que a intuição só poderá levar aos atos se for limitada de alguma forma. Não podemos *simplesmente* fazer o bem a homens *simples*, devemos fazer a todos. E se fizer o bem de *uma forma*, não poderá, ao mesmo tempo, fazer de *outra*. Caso faça a *esses* homens, não poderá fazer também *àqueles*. Desde o início, portanto, a lei do benefício envolve deixar de fazer o bem a alguns homens em algum momento. Vêm daí determinadas regras relacionadas à ajuda que, pelo que sei, jamais foram contestadas: ajudar primeiro a quem prometemos ajudar e só depois aos outros; primeiro a quem nos fez o bem, em detrimento daqueles com quem não temos obrigações; socorrer o compatriota e só depois o estrangeiro; primeiro o parente e então o simples compatriota. Com muita frequência isso implica ajudar A em detrimento de B, que se afoga enquanto puxamos A para cima da tábua de salvamento. Mais cedo ou mais tarde isso chegará ao ponto de que ajudar A representa certo grau de violência contra B. E, quando B prejudica A, podemos não fazer nada (o que vai contra a intuição) ou podemos ajudar um e prejudicar o outro. E, com toda certeza, a consciência de ninguém dirá para ajudar B, a parte culpada. Resta, portanto, ajudar A. Suponho que todos concordamos até este ponto. Se não quisermos que o argumento chegue a uma conclusão antipacifista, devemos escolher entre duas opções. Diremos que a violência contra B só será legítima se não chegar a provocar a morte ou que matar indivíduos é legítimo, mas o assassinato em massa provocado pela guerra não é.

Com relação à primeira, estou de acordo com a proposição generalizada de que B sofrer menos violência é sempre preferível, desde que seja eficiente para detê-lo e resulte em benefícios equivalentes para todos os envolvidos, inclusive para B, cujas queixas são inferiores às dos outros envolvidos, mas ainda assim existem. Entretanto, não concluo que matar B seja sempre errado. Em determinadas circunstâncias, numa comunidade pequena e isolada, por exemplo, a morte pode ser o único meio de restrição. Em qualquer comunidade, o efeito da morte sobre a população, não apenas como meio de constranger pelo medo, mas também como expressão da importância moral de certos crimes, pode ser valioso. Quanto a B, considero que o fim de um homem perverso será equivalente, seja na execução semanas após o crime, ou no hospital da penitenciária, 20 anos depois. Não estou produzindo argumentos para mostrar que a pena de morte é certamente correta; estou apenas afirmando que nem sempre é errada. Trata-se de assunto em que homens de bem costumam ter opiniões diferentes.

No caso da segunda opção, a posição parece muito mais clara. Pode-se discutir se sempre é possível lidar satisfatoriamente com o criminoso excluindo-se a pena de morte. É certo que só se pode impedir uma nação de se apossar do que quiser por meio da guerra. Também é quase igualmente certo que a absorção de determinadas sociedades por outras é um mal maior. A doutrina que afirma que a guerra é sempre o mal maior parece levar à ética materialista, à crença de que

a morte e o sofrimento são o que existe de pior. Não penso assim. Acredito que a supressão de uma religião mais elevada em favor de outra, inferior, ou até de uma cultura secular elevada por uma interior, seja um mal muito maior. Não me afeta muito, também, o fato de muitos indivíduos atingidos na guerra serem inocentes. Em determinado aspecto, isso torna a guerra melhor, não pior. Dois soldados, em lados opostos, cada um convicto de que seu país está com a razão, tendo deixado de lado seu egoísmo, dispostos a se sacrificar. Não me parece que um matar o outro no calor da batalha seja o acontecimento mais terrível neste mundo muito terrível. Claro que um deles (pelo menos) tem de estar errado. E claro que a guerra é um mal muito grande, mas a questão não é essa. É descobrir se ela é o que de pior pode acontecer neste mundo, a tal ponto que qualquer situação resultante da submissão seja, com toda certeza, preferível a ela. E, na realidade, não vejo nenhum argumento irrefutável nesse sentido.

Outra tentativa de chegar à conclusão pacifista com base na intuição é mais política e calculista. A guerra não é o maior dos males, mas, mesmo assim, é um grande mal; portanto todos devemos acabar com ela se possível for. Cada guerra leva a uma outra, então devemos tentar extirpá-las. Precisamos aumentar o número de pacifistas mediante propaganda, até que haja pacifistas suficientes para impedir que as nações se engajem em guerra. Parece trabalho de loucos. Apenas as sociedades liberais toleram pacifistas. Nelas, eles serão suficientes para acabar com a beligerância ou

não. Nesse caso, a propaganda não adiantou. No outro, acabaram de entregar o Estado que tolera os pacifistas nas mãos do vizinho totalitário que não os tolera. Esse tipo de pacifismo é o caminho certo para um mundo que não tolera pacifistas.

Pode-se perguntar se, sendo tão fraca a esperança de acabar com as guerras pelo pacifismo, há esperança. A questão, porém, pertence a um tipo de pensamento que me é muito estranho. Consiste em assumir que basta encontrar a cura para acabar com todos os grandes sofrimentos permanentes; por eliminação, conclui que o que sobrar, por mais improvável que pareça ser uma cura, terá, assim mesmo, que ser. Surge daí o fanatismo de marxistas, freudianos, eugenistas, espiritualistas, sindicalizados, vegetarianos, e todos os outros. Mas não recebi confirmação de que conseguiremos acabar com o sofrimento. Creio que os melhores resultados são obtidos por aqueles que trabalham em silêncio rumo a seus objetivos, tais como abolição do comércio escravocrata, reforma penitenciária, leis para a indústria, tratamento de tuberculosos, e não pelos que acreditam poder alcançar justiça, saúde e paz universais. Creio que saber viver consiste em combater cada mal iminente da melhor forma possível. Impedir ou adiar, por meio de política sábia, uma guerra específica, ou deixar um conflito mais curto pela força ou habilidade, ou menos terrível mediante a demonstração de misericórdia aos vencidos e aos civis, será mais útil do que todas as propostas de paz universal feitas até hoje, assim como o dentista que acaba com a dor

de dente merece mais crédito do que todos os que pensam que elaboraram uma fórmula para produzir uma raça sem problemas de saúde.

Assim, não vejo qualquer motivo muito claro nem irrefutável para concluir, partindo do princípio geral do benefício, que devo desobedecer caso as autoridades me convoquem para servir nas Forças Armadas. Passo, agora, a tratar da autoridade, que é especial ou geral, e, ainda, humana ou divina.

A autoridade humana especial sob a qual me encontro é a sociedade a que pertenço. Ao declarar guerra, essa sociedade decidiu agir contra o pacifismo nesse caso específico e, por suas instituições e práticas por séculos, decidiu contra o pacifismo em geral. Se eu for pacifista, terei contra mim Arthur e Aelfred, Elizabeth e Cromwell, Wallpole e Bruke. Também estarão contra mim minha universidade, minha escola e meus pais. Na mesma situação se encontra a literatura de meu país, e não posso nem abrir *Beowulf*, Shakespeare, Johnson e Wordsworth sem que me reprovem. Bem, claro que a autoridade da Inglaterra não é absoluta. Mas há uma diferença entre autoridade conclusiva e a que não tem qualquer peso. Os homens podem discordar quanto ao peso que dão à autoridade quase unânime da Inglaterra. Não pretendo aqui analisar esse peso, mas apenas comentar que, qualquer que ele seja, será contra o pacifismo. E, sem dúvida, meu dever de respeitar essa autoridade aumenta pelo fato de eu estar em débito com a sociedade devido a meu nascimento e crescimento, pela educação que me

permitiu ser pacifista e pelas leis tolerantes que me permitem manter minha opinião.

Tratamos, então, da autoridade humana especial. A sentença da autoridade humana geral também é clara. Desde o começo da história até o naufrágio do *Terris Bay*, o mundo ecoa louvores à guerra justa. Para continuar pacifista, será necessário dizer adeus a Homero e a Virgílio, a Platão e a Aristóteles, a Zaratustra e a Bhagavad Gita, a Cícero e a Montaigne, à Islândia e ao Egito. Desse ponto de vista, sou quase tentado a responder ao pacifista com as palavras de Johnson a Goldsmith: “Não, senhor, se o senhor não pretende adotar a opinião universal da humanidade, então não tenho mais nada a dizer”.

Estou consciente de que, embora Hooker pensasse que “a geral e perpétua voz dos homens é como a sentença do próprio Deus”, muitos que a ouvem dão pouca ou nenhuma atenção a ela. Esse desprezo pela autoridade humana pode ter duas raízes. Pode derivar da crença de que a história humana é um movimento simples e não linear do pior para o melhor – a chamada fé no progresso – de modo que toda geração será, em todos os aspectos, sempre mais sábia do que todas as que a precederam. Para quem acredita nisso, os ancestrais são sempre ultrapassados e não parece nada improvável afirmar que o mundo ia mal até anteontem e agora, de repente, ficou certo. Confesso que não tenho como argumentar com esses, pois não compartilho do pressuposto básico. Defensores do progresso têm razão quando mostram que o novo modelo de uma máquina

suplanta o anterior. A partir daí, inferem erroneamente que existe a mesma substituição em coisas como virtude e sabedoria.

Mas a autoridade humana pode ser avaliada em terreno bem diverso. O cristão pacifista, pelo menos, pode alegar que a raça humana é decaída e corrompida, de modo que nem o consenso de grandes e sábios mestres humanos e de grandes nações separadas no tempo e em lugar oferece qualquer indicação do que é o bem. Tendo estabelecido esse ponto, passemos ao próximo, a autoridade Divina.

Considerarei a autoridade Divina apenas nos termos do cristianismo. Dentre as outras religiões civilizadas, acredito que apenas uma – o budismo – seja genuinamente pacifista. De qualquer forma, não as conheço o suficiente para falar delas de maneira proveitosa. E, quando nos voltamos para o cristianismo, vemos que o pacifismo se baseia quase que exclusivamente em certas palavras de nosso Senhor. Se essas palavras não estabelecem a posição pacifista, será inútil tentar basear nelas o *securus judicat* da cristandade como um todo. Procurando orientação nelas, descubro que a autoridade, no todo, está contra mim. No documento de autoridade imediata sobre mim, os Trinta e Nove Artigos da Igreja Anglicana, encontro escrito, preto no branco: “É correto os cristãos pegarem em armas e lutarem nas guerras, caso ordenado pelos Magistrados”. Dissidentes podem rejeitar isso; então, posso citar a história dos presbiterianos, que não é, de forma alguma, pacifista. Papistas talvez não aceitem;

então, cito a orientação de Tomás de Aquino: “Até os príncipes têm o direito de defender suas terras pela espada contra a perturbação interna, e também está com eles o dever de defendê-las de inimigos exteriores com a espada”. Ou, caso você prefira a autoridade dos pais da Igreja, apresento Santo Agostinho: “Se o discipulado cristão reprovasse a guerra por completo, então, esta seria a primeira resposta quando procurassem o conselho para a salvação nos Evangelhos – jogar fora as armas e se negarem por completo a ser soldados. Mas foi dito: ‘Não façam violência a ninguém e contentem-se com seu salário’. Ao [João Batista] dizer para se contentarem com o soldo, não os proibiu de serem soldados”. Mas, se eu fosse examinar vozes individuais, não chegaria ao fim. Todas as organizações que se declaram Igreja, ou seja, alegam sucessão apostólica e aceitam os Credos, constantemente abençoam o que consideram exércitos justos. Doutores, bispos e papas – inclusive, penso, o atual [Pio XII] – repetidas vezes desaprovaram a posição pacifista. Também não acredito existir uma palavra sequer nesse sentido nos escritos dos apóstolos, que são mais antigos do que os Evangelhos e representam, caso alguma coisa represente, a cristandade original, da qual os Evangelhos são produto.

Toda a defesa cristã para o pacifismo se baseia, portanto, em proclamações de domingo, tais como: “Não resistam ao mal: se alguém bater em sua face direita, ofereça-lhe também a esquerda”. Passo a tratar como cristão quem afirma que isso deve ser tomado ao pé da

letra. Não preciso comentar – pois com certeza alguém já comentou – que o cristão que seguir essa ordem literalmente terá que fazer o mesmo com todas as outras instruções difíceis de nosso Senhor. Ninguém deixará de respeitar aquele que age assim, que em todas as ocasiões deu o que era pedido e, por fim, ofereceu todos os seus bens aos pobres. Com essa pessoa eu discutiria, pois não considero digno de resposta aquele inconsistente que segue as palavras de nosso Senhor *à la rigueur* quando elas o livram de uma obrigação, e as toma relativamente quando exigem que se torne pobre.

Há três formas de interpretar a ordem de “oferecer a outra face”. Uma é a pacifista: literal, impõe o dever de não resistir a ninguém, em nenhuma circunstância. Outra é uma interpretação minimizadora: a ordem não significa o que diz, é apenas uma maneira orientalmente hiperbólica de dizer que devemos suportar muitas coisas e ser tolerantes. Eu e você concordamos em rejeitar essa visão. O conflito, então, reside entre a interpretação pacifista e uma terceira que vou propor. Acredito que o texto significa exatamente o que diz, mas entendo que há uma reserva para os casos obviamente excepcionais que todo ouvinte aceitaria como exceção, sem que ninguém falasse nada. Ou, explicitando de forma mais lógica, penso que o dever de não resistir se relaciona a ofensas *simpliciter*, porém, sem preconceito contra tudo que talvez tenhamos que aceitar mais tarde como ofensas *secundum quid*. Ou seja, caso os únicos fatores relevantes sejam a ofensa que sofri e meu desejo de me vingar, então, o cristianismo

ordena a absoluta mortificação desse desejo. Não pode haver o menor lugar em nosso íntimo para aquela voz: “Ele fez isso comigo, vou fazer o mesmo com ele”. O problema, contudo, é outro quando surgem outros fatores. Ninguém pode acreditar que os ouvintes de nosso Senhor tenham entendido que Ele se referia a um maníaco homicida que, ao tentar fazer a terceira vítima, me dava um soco para me tirar do caminho e eu devia me afastar e deixar que o assassino chegasse à vítima. É impossível em qualquer medida que eles o tenham entendido assim. Também não acredito que tenham entendido que Ele considerava que a melhor forma de educar uma criança era deixá-la bater nos pais toda vez que fizer birra ou dar o mel para quem já pegou a geleia. Creio que o significado das palavras era perfeitamente claro: “Se for apenas um homem bravo por ter sido ferido, aplaque sua raiva e não revidar”, e os ouvintes entenderam que o magistrado atacado por um indivíduo comum, seja pelo pai, pelo filho, professor, um aluno, por um louco, um soldado, pelo inimigo público, enfim. Nesses casos, o dever será bem diferente, porque há outras motivações além da retaliação egoísta para revidar. Na verdade, como os ouvintes eram indivíduos comuns em uma nação desarmada, parece improvável que tenham entendido que nosso Senhor se referia à guerra. Não estavam pensando nisso. Tinham em mente os conflitos cotidianos entre vizinhos.

Esse é meu principal motivo para preferir essa interpretação à de vocês. Toda palavra deve ser tomada no sentido natural no momento e no lugar em que foi

pronunciada. Além disso, penso que, tomada assim, fica em maior harmonia com as palavras de São João Batista aos soldados e com o fato de uma das poucas pessoas a quem nosso Senhor elogiou sem reservas ter sido um centurião romano. Permite também que eu considere o Novo Testamento consistente com ele mesmo. São Paulo aprovou o uso da espada pelas autoridades (Romanos 13:4), e São Pedro fez o mesmo (1 Pedro 2:14). Se as palavras de nosso Senhor forem tomadas no sentido corrompido que os pacifistas as tomam, seremos forçados a concluir que o verdadeiro sentido delas, oculto aos que viviam na mesma época e no mesmo lugar que Ele, escolhidas por Ele para levarem Sua mensagem ao mundo, assim como a seus sucessores, foi, por fim, encontrado em nosso tempo. Sei que há quem não tenha dificuldade para acreditar nessa hipótese, assim como há gente pronta a defender que o verdadeiro significado de Platão ou de Shakespeare, oculto aos contemporâneos e sucessores imediatos, teve a virgindade preservada para os avanços ousados de um ou dois professores da atualidade. Mas não posso aplicar a questões divinas um método de exegese que rejeitei com desprezo em meus estudos profanos. Qualquer teoria que se baseie em um suposto “Jesus histórico”, elaborado a partir dos Evangelhos, e que depois seja colocada em oposição aos ensinamentos cristãos é suspeita. Têm havido muitos Jesus históricos: um Jesus liberal, um Jesus pneumático, um Jesus *barthiano*, um Jesus marxista. São o restolho da lista de cada editor, como novos Napoleões e as novas

rainhas Vitória. Não é para tais fantasmas que olho em busca de fé e de salvação.

A autoridade cristã, portanto, não endossa minha pesquisa sobre o pacifismo. Resta indagar se, caso eu continue pacifista, eu deveria suspeitar da influência secreta de uma paixão. Espero que me entendam bem. Não pretendo fazer coro às zombarias que a imprensa popular faz a quem defende a posição de vocês. Permitam-me dizer, ao concluir, que acho improvável que haja alguém aqui menos corajoso do que eu. Mas quero dizer também que não existe homem tão virtuoso que se sinta insultado ao ser convidado a avaliar a possibilidade de que uma paixão influencia sua decisão quando precisa escolher entre grande felicidade e muito sofrimento. Não nos enganemos. Tudo o que tememos de todo tipo de adversidade se manifesta na vida de um soldado na ativa, como uma enfermidade ameaça trazer dor e morte. Como a pobreza ameaça com um abrigo precário, frio, fome e sede. Como a escravidão traz trabalho árduo, humilhação, injustiça e governo arbitrário. Como no exílio, força a separação dos seres amados. Como nas galés, aprisiona em espaço exíguo com pessoas incompatíveis. Ameaça *tudo* mal deste mundo – exceto a desonra e a perdição final, e os que suportam tudo não apreciam mais do que vocês apreciariam. Por outro lado, embora não seja culpa de vocês, é fato que o pacifismo não acarreta quase nenhuma ameaça. Sim, certa humilhação pública, vinda de gente cuja opinião vocês desprezam e com quem não se encontram sempre, humilhação logo

compensada pela aprovação mútua que existe, inevitavelmente, em todo grupo minoritário. De resto, há a oferta da continuação da vida que vocês conhecem e amam, entre as pessoas e no ambiente que conhecem e amam. Há tempo para estabelecer a base de uma carreira; de qualquer forma, vocês dificilmente conseguirão evitar conquistar os empregos pelos quais os soldados dispensados um dia procurarão em vão. Vocês não precisam nem ao menos temer, como talvez precisaram temer os pacifistas na guerra passada, que a opinião pública se volte contra vocês quando chegar a paz. Já aprendemos que, embora o mundo demore para perdoar, esquece rápido.

Eis, então, por que não sou pacifista. Tentei ser, encontrei base de fatos muito duvidosa, um obscuro treino do raciocínio, um peso da autoridade humana e da autoridade Divina contra mim e terreno bem sólido para suspeitar que meus desejos haviam direcionado minhas decisões. Como disse, decisões morais não aceitam certeza matemática. Talvez, no fim das contas, o pacifismo esteja certo. Mas me parece muito difícil, muito mais difícil do que eu me importar de ter a voz de quase toda a humanidade contra mim.